

Presidir à FIDE reforça o compromisso de Portugal com a UE

A direção da Associação Portuguesa de Direito Europeu (APDE) termina, no próximo ano, o seu mandato de quatro anos com a concretização do seu grande objetivo: a realização do congresso da FIDE, a federação internacional cuja presidência assumiu a 21 de maio. “Quisemos mostrar que Lisboa era capaz de organizar coisas com significado e projeção internacional”, diz, a propósito desta escolha, Carlos Botelho Moniz, que está na associação desde a sua constituição, em 1984. “Assumir a presidência, neste momento histórico em que a União Europeia atravessa uma crise, reforça a ideia de que Portugal está comprometido com a UE”, acrescenta Rita Leandro Vasconcelos.



Advocatus | A APDE foi constituída em 1984, antes da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia. Quais os objetivos da constituição da Associação?

Carlos Botelho Moniz | Em 1984, estávamos já numa fase muito avançada do processo de negociação das condições de adesão de Portugal às comunidades europeias. Começava a haver um

conjunto significativo de pessoas, sobretudo advogados, mas também universitários e magistrados, que se interessava pelas questões do Direito Europeu, que percebia o impacto que a adesão às comunidades ia ter na nossa ordem jurídica e, portanto, houve um núcleo de pessoas que se agregou para constituir uma associação que visasse o estudo e a organização de conferências

“Quisemos mostrar que Lisboa era capaz de ultrapassar as dificuldades e organizar coisas com significado e projeção internacional”

e eventos sobre as temáticas do Direito Europeu. A APDE é a associação portuguesa membro da International Federation for European Law (FIDE), a federação internacional de Direito Europeu. A FIDE tem um representante em cada Estado-membro. Contém associações nacionais com um formato semelhante ao nosso e organiza, a cada dois anos, os congressos FIDE, que são mo-



**RITA LEANDRO
VASCONCELOS**

mentos importantes de reflexão sobre os temas do Direito Europeu, até porque têm um envolvimento muito grande do Tribunal de Justiça da União Europeia e, em geral, das instituições. É um fórum que junta os representantes institucionais com os práticos do Direito e os universitários.

Advocatus | A APDE assume a presidência da FIDE este ano.
Rita Leandro Vasconcelos | Sim, assumimos a presidência no final do congresso FIDE, que se realizou este ano em Budapeste, a 21 de maio.

Advocatus | Qual a importância de assumir a presidência da FIDE neste momento?

RLV | Assumir a presidência, neste momento histórico em que a União Europeia atravessa uma crise, em Portugal e no resto da Europa, reforça a ideia de que Portugal está comprometido com a União Europeia.

Claro que a APDE é uma associação essencialmente científica, pelo que os objetivos são a discussão de questões científicas, mas as questões científicas também têm a sua dimensão política.

“A circunstância de termos como presidente da associação o Dr. Cruz Vilaça, que é juiz no Tribunal de Justiça da União Europeia, foi, com certeza, um argumento de peso que ajudou ao sucesso desta candidatura”

Advocatus | Quais foram os argumentos que valeram a Portugal a escolha para a presidência?

CBM | Em primeiro lugar, há um reconhecimento e simpatia em relação à APDE, que, desde a sua constituição, tem sido uma associação cumpridora, sob todos os pontos de vista: tem assegurado uma presença constante em todos os congressos, desde 1984, com o compromisso científico que isso implica – a associação designa para cada tema um relator nacional, que tem que produzir um relatório. Também somos cumpridores quanto ao pagamento das quotizações e participamos ativamente nas reuniões do comité diretivo. A imagem de credibilidade que construímos ao longo de mais de 30 anos foi um elemento importante. Também a circunstância de termos como presidente da associação o Dr. Cruz Vilaça, que é juiz no Tribunal de Justiça da União Europeia, foi, com certeza, um argumento de peso que ajudou ao sucesso desta candidatura, além dos temas que estamos a propor e também Lisboa, que é um excelente argumento.

A conjugação de todos estes fatores garantiu-nos há seis anos a escolha da APDE. Hoje, isto parece mais fácil, mas em 2010 estávamos em cheio na crise e foi uma aposta com alguma ousadia da nossa parte. Quisemos mostrar que Lisboa era capaz de ultrapassar as dificuldades e organizar coisas com significado e projeção internacional.

Advocatus | Quais serão os temas a abordar no congresso?

CBM | Vamos propor ao comité diretivo da FIDE três temas: a economia digital e o mercado interno (internet, comércio eletrónico e media); a dimensão externa das políticas da União Europeia (nas perspetivas económica e comercial), a imigração e o asilo; e fiscalidade, auxílios de Estado e distorções da concorrência. É um espetro de temas que cobrem interesses muito variados e que são suscetíveis de interessar os investigadores, práticos do Direito e os magistrados.

Advocatus | Tentam fazer a ligação com o meio empresarial?

RLV | Sim. Estes três temas abrangem quase todas as vertentes do Direito da União Europeia: a institucional, do mercado interno e da

“Vamos propor ao comité diretivo da FIDE três temas: a economia digital e o mercado interno (internet, comércio eletrónico e media); a dimensão externa das políticas da União Europeia (nas perspetivas económica e comercial), a imigração e o asilo; e fiscalidade, auxílios de Estado e distorções da concorrência”

concorrência. E as três vertentes costumam ser suficientes para despertar o interesse de quase toda a comunidade científica. Tentamos que sejam temas de interesse do ponto de vista científico mas também com ligação à atualidade e à prática, de modo a chamar o maior número de pessoas.

Advocatus | Quais são os objetivos do vosso mandato na APDE (2014-2017)?

RLV | O principal objetivo deste mandato é a organização do congresso da FIDE. Vai consumir-nos quase todo o tempo, até porque a APDE não tem uma estrutura própria. Para alcançarmos este objetivo temos também o propósito de dar a maior publicidade à APDE. Para tal, lançámos, no início do



**CARLOS
BOTELHO MONIZ**

A UNIÃO EUROPEIA É VÍTIMA DO SEU SUCESSO

Advocatus | Desde fim dos anos 80 houve grandes alterações no âmbito da União Europeia. As preocupações em matéria de Direito Europeu são hoje muito diferentes?

CBM | O grande tema dos próximos anos é saber qual o modelo de União que se pretende para o futuro. É hoje um facto que o alargamento da União levou a uma grande diversidade de posicionamentos dos Estados-membros em relação à evolução da UE e provavelmente aquilo que há alguns anos era visto por muitos com alguma reticência, de uma evolução a várias velocidades, com formatos diferenciados no processo de integração, vai acabar por impor-se pela força dos factos.

As circunstâncias da vida real demonstram que não há vontade política em todos os Estados-membros para evoluir no processo de integração no plano económico, social, monetário, de política externa e de defesa ao mesmo ritmo. Provavelmente, vamos ter que reconhecer essa realidade e vai ter que haver um rearranjo constitucional no sentido de

permitir que os vários interesses se acomodem.

Vamos ver o que acontece no Reino Unido, com o referendo. Se o voto for no sentido da saída isso vai precipitar uma reflexão mais imediata. Vamos ver também como evolui a situação da Catalunha e da Escócia.

RLV | A nível interno, este é o grande tema. A nível externo, acrescentava a ameaça à global segurança que a UE está a sofrer, criando a necessidade de uma coordenação de políticas, que ainda não existe.

Advocatus | Há uma consciência verdadeiramente europeia?

CBM | A União Europeia é uma realidade de todos os dias, direta ou indiretamente. Creio que a generalidade das pessoas tem consciência que, face aos desafios atuais que existem a nível global no plano económico, financeiro, comercial e da segurança, cada um dos países europeus isoladamente tem muita dificuldade em lidar com as ameaças globais. O problema é que não encontramos ainda um modelo eficaz que permita que o conjunto lide com esses temas. É claro que

hoje estamos numa fase de euro- pessimismo e euroceticismo e as pessoas têm alguma dificuldade em ver os resultados positivos do processo de integração, porque são um dado adquirido. Portanto, a União Europeia de alguma forma é vítima do seu sucesso. A liberdade de circulação está sob ameaça porque é um sucesso enorme.

A paz que se vive nas relações entre os Estados-membros, apesar da crise financeira, os índices de desenvolvimento global que a União tem, a capacidade dos Estados-membros para encontrarem respostas para muitos dos problemas que se colocam à escala global, essa é uma realidade de todos os dias. Já temos dificuldade em perceber como um país como Portugal lidaria com estes temas fechado nas suas fronteiras. Agora, não podemos meter a cabeça na areia e não reconhecer as muitas dificuldades que existem.

Portanto, o tema é saber como é que nos vamos organizar, quem é que está disposto a partilhar o quê e em que condições. Não se pode querer o sol na eira e a chuva no nabal.

ano, um site novo e costumamos fazer os almoços europeus. O último, a 31 de março, sobre asilo e imigração, foi um sucesso. Servem para manter a APDE com uma atividade constante. Todos os anos organizamos um ou mais eventos – almoço europeu, colóquio ou conferência – e outros a que nos associamos.

Advocatus | Têm agendados mais eventos este ano?

RLV | Temos previsto mais um almoço europeu, mas ainda não está marcado.

CBM | Outra proposta da APDE é a criação de um site permanente da FIDE.

RLV | Também estamos a pensar fazer, tal como está a ser feito por outras associações, um seminário de doutoramento no dia anterior ao congresso, coordenado por professores de direito da União Europeia. Chama-se, assim, para o congresso uma faixa etária mais jovem.

“As circunstâncias da vida real demonstram que não há vontade política em todos os Estados-membros para evoluir no processo de integração no plano económico, social, monetário, de política externa e de defesa ao mesmo ritmo”